

Líderes querem adiar votação da anistia

Telefoto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — Os líderes partidários na Constituinte decidiram ontem, em reunião, apoiar questão de ordem, a ser levantada na sessão de hoje pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), propondo o adiamento da votação da emenda que anistia a correção monetária das dívidas dos microempresários e agricultores contraídas na vigência do Plano Cruzado. Como este assunto é um dos primeiros itens da pauta, caberá ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, decidir se adiará a votação para o final das Disposições Transitórias ou não.

Reunidos na manhã de ontem para examinar os últimos artigos das Disposições Transitórias, os líderes de todos os partidos, coordenados pelo Líder interino do PMDB, Nelson Jobim (RS), consideraram oportuno o adiamento da votação, de modo que

haja mais tempo para se tentar um entendimento em torno da anistia fiscal.

— Não se chegou a um acordo e a maioria acha muito importante que haja entendimento neste assunto — explicou um dos Líderes do Centrão, o Deputado José Lins (PFL-CE).

Nelson Jobim explicou que as lideranças não pedirão o adiamento a Ulysses, mas quando a questão de ordem for levantada nada farão para se opor. Ele esclareceu a um dos autores da emenda da anistia, o Deputado Ziza Valadares (sem partido-MG), que regimentalmente há vários argumentos para que seja aceito o pedido de adiamento.

Segundo Jobim, o artigo 14 do Título, ao qual se aplica a emenda, trata de assuntos diversos, orçamento e tributação. Portanto, não cabe votar ali a anistia. Tecnicamente, segundo

explicou, a melhor classificação para a emenda é como aditiva ao Título.

Quando os líderes tratavam de outros assuntos, a reunião foi interrompida por um dos autores da emenda, o Deputado Humberto Souto (PFL-MG), que, informado sobre a posição das lideranças, foi reclamar.

— Não podemos aceitar isto. Vou denunciar, vou recorrer ao plenário. Vai haver tumulto na sessão de hoje — esbravejava Humberto Souto, alegando haver uma convocação nacional para que mais de dois mil ônibus com microempresários estejam hoje em Brasília.

Sua argumentação não sensibilizou os líderes — com exceção do representante do PDT, Deputado Vivaldo Barbosa (RJ). Segundo Vivaldo, seu partido concordou com o adiamento, mas poderá rever sua posição diante das ponderações dos

autores da proposta.

Carlos Sant'Anna, que defende o adiamento da votação afirmando ainda acreditar em negociações, recebeu ontem do Ministério da Fazenda os novos cálculos sobre os custos da emenda para o Governo. Estes números se aproximam da estimativa anterior de US\$ 10 bilhões (cerca de CZ\$ 1,8 trilhão), pois mostram que, até 30 de junho passado, a anistia custaria ao Governo CZ\$ 750 bilhões, valor que praticamente dobraria até a liquidação da dívida, 180 dias após a promulgação da nova Constituição.

Sant'Anna disse que qualquer entendimento deverá passar, necessariamente, pela obrigação de os microempresários eventualmente beneficiados comprovarem incapacidade de pagar os débitos, além de uma definição do teto global a ser gasto pelo Governo.



Humberto Souto pede a Ulysses que não permita o adiamento da votação

1

Esquerda deve votar contra

BRASÍLIA — O PT, o PCB e o PSB deverão votar contra a emenda que prevê a anistia da correção monetária das dívidas dos micros, pequenos e médios empresários e produtores rurais contraídas na vigência do Plano Cruzado, acompanhando a posição do Governo. O PDT tentará aprovar um texto alternativo, limitando o benefício aos micros que recorreram a empréstimos entre fevereiro e novembro de 1986. A idéia deve ser discutida hoje, na reunião de lideranças.

A resistência da esquerda decorre da amplitude da anistia prevista na fusão das emendas do Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e dos Deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG). O texto permite a isenção da correção monetária para débitos contraídos até dezembro de 1987, quando o "programa de inflação

zero", parte do Plano Cruzado, terminou em novembro de 1986.

O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE), defende um programa de recuperação financeira, gerenciado pelo Executivo, em vez de uma proposta constitucional. Segundo ele, a fusão de emendas é ampla e indiscriminada e beneficiará empresários cujos empréstimos não foram estimulados pelo Plano Cruzado.

A posição do PT não é muito diferente. O Deputado Plínio Arruda Sampaio (SP) teme que o cancelamento acabe por deixar "a porta aberta a aproveitadores".

Emenda alternativa do Deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) — que fixa o prazo da contratação dos empréstimos de 28 de fevereiro a 30 de novembro de 1986 e só beneficia micros e pequenas empresas rurais e urbanas — tem o apoio da esquerda e pode ser discutida na reunião de hoje.

2

Autores da fusão protestam

BRASÍLIA — Os autores da fusão de emendas que anistiam a correção monetária das dívidas dos micros, pequenos e médios produtores rurais e empresários urbanos reuniram-se ontem com o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. O Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e os Deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG) foram expressar sua oposição ao requerimento de adiamento da votação apresentado pelo Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna. Ao sair, disseram acreditar que Ulysses manterá a pauta, devendo a matéria ser votada hoje.

Mansueto negou a informação que circulava no Congresso de que o adiamento teria o apoio de todas as lideranças. Afirmou também que Sant'Anna não conseguirá apresentar qualquer razão plausível para sua proposta. Hoje,

às 10h, ele, Souto e Valadares se encontrarão com os líderes partidários para uma última rodada de negociações. Serão discutidos o objetivo, a abrangência e os custos da medida, visando a encontrar uma fórmula majoritária. Com os representantes do Governo não há perspectivas de conversa, pois, segundo o Senador, "eles não estão querendo".

A fusão é uma emenda aditiva ao parágrafo 2º do artigo 14 das Disposições Transitórias da futura Constituição. Deverá ser o quarto item da pauta da sessão. Para Mansueto, a proposta não é de cunho ideológico. Por isto, tem defensores e inimigos tanto na direita quanto na esquerda. A União Brasileira dos Empresários (UBE) e a Federação dos Bancos (Febraban) são contra, juntamente com o PCB. Mas, garante Mansueto, o PC do B e o PSB estão a favor, o que não é confirmado pelos socialistas.